

A EDUCAÇÃO INDÍGENA NA BAHIA: SABERES INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Valuza Maria Saraiva¹
Leliana Santos de Sousa²
Jaqueline Vieira Barreto³

RESUMO: O objetivo neste artigo é discutir sobre conhecimentos indígenas em variadas categorias, como referencial para inclusão de conteúdos no ensino fundamental da Rede Estadual da Bahia, com base na escuta e crença educacional de indígenas e não-indígenas. Consideram-se como aspectos teóricos os estudos e literatura produzidos em educação escolar indígena. Também refletir sobre a presença dos indígenas ocupando cargos públicos no Estado da Bahia e os entraves e possibilidades para a efetiva gestão de ações e de conhecimentos que favoreçam o melhor desenvolvimento da educação escolar indígena, e ainda das formas de permitir e até exigir por força da Lei 11.645/2008, que os não índios institucionalizem nos seus currículos a história e cultura indígena nas unidades escolares brasileiras, sendo referendado o texto basicamente em dados dos povos indígenas da Bahia. Essa pesquisa se insere no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Política Pública, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com cuja dissertação, pretende-se contribuir para ampliar o olhar com relação às heranças ancestrais e as formas de resistência e luta dos povos indígenas que e sobrevivem e resistem de forma soberana aos impulsos e abalos da contemporaneidade. A metodologia será composta de dados quantitativos e se caracterizará por uma abordagem qualitativa com incursão etnometodológica, segundo Harold Garfinkel *in*. *Studies in Ethnomethodology* (1967), que pressupõe acompanhamento dos sujeitos pesquisados e descrição das regras do dia-a-dia que os sujeitos fazem para viver.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento. Cargos Públicos para Indígenas. Educação Escolar Indígena. Conhecimentos Indígenas para não índios.

¹ Mestranda em Política Pública, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Política Pública, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia (PGDR/UNEB). Professora do Ensino Médio e Técnica da Coordenação Indígena da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

² Doutora em Ciências da Educação pela Université Vincent Saint-Denis – Paris 8. Orientadora. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Política Pública, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia (PGDR/UNEB). Coordenadora do Projeto Saberes, práticas, educação, e desenvolvimento: retratos da saga indígena Fulni-ô e Kariri-Xocó no Nordeste Brasileiro.

³ Mestranda em Política Pública, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Política Pública, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia (PGDR/UNEB). Analista de Sistema da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESC).

Este texto pretende favorecer maior visibilidade da realidade dos povos indígenas, focando basicamente no nordeste do Brasil, especificamente na Bahia, enfatizando, brevemente, aspectos educacionais a partir de experiências vividas com lideranças educacionais das várias etnias desse Estado.

Aspectos históricos que desembocam em inúmeras faltas e falhas sobre os povos indígenas dessa terra favorecem a pouca visibilidade dos indígenas nas unidades escolares, reverberando no pouco ou nenhum conhecimento e, conseqüentemente, reconhecimento dos povos que habitam o Brasil e o nordeste desse país. Sendo assim, podemos elencar alguns pontos de dificuldade do cenário: escassez de materiais didáticos sobre os povos indígenas; carência de pesquisas sobre a questão indígena; deficiência no trato da temática nas escolas - ainda abordando os conhecimentos indígenas de forma superficial e, muitas vezes, alimentando o preconceito; desconhecimento, por parte dos profissionais da educação das variantes que determinam as etnias; pouca noção ou desconhecimento das etnias que existiram e existem na atualidade por parte dos vários segmentos educacionais; inexistência de formação continuada para professores que refaçam o jeito de ver as nossas heranças indígenas, dentre outros.

Em meio a todos os desafios a Bahia, a partir do ano de 2007, inaugura um jeito novo de fazer o gerenciamento da educação escolar indígena: são assumidos cargos em diretorias regionais da educação e no órgão central pelos próprios indígenas, onde os mesmos devem gerenciar o diálogo entre os seus povos e a Secretaria Estadual da Educação para perfazer os caminhos de discussão, elaboração e análise de propostas que devam viabilizar os processos educacionais. Conseqüentemente, influenciar na formulação de políticas para os não índios, obedecendo a Lei 11.645/2008, que obriga o estudo relacionado à história e cultura indígena nas escolas nacionais. Com isso, tomar posse do papel da gestão democrática exigido na Constituição Federal de 1988 é premissa para a dinâmica do desenvolvimento do trabalho da coordenação pelos próprios índios, reacendendo a crença de que a luta e resistência dos nossos ancestrais têm hoje alguns resultados.

Caminhos Legais para Chegar aos “Branços”

Desde a invasão do Brasil é grande a luta para obter alguns resultados para fazer existir e garantir direitos aos povos indígenas que essas terras habitam. São inegáveis as

vitórias com os direitos garantidos a partir da Constituição de 1988, mesmo sabendo da distância entre o que é Lei e o que de fato acontece na prática. O direito a ser índio com seus costumes, crenças, línguas, garantia às suas terras originais, dentre outros, são destaque dessa conquista Legal.

Em 1996 é aprovada e promulgada no Congresso Nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que regulamenta as normas para o sistema educacional brasileiro, considerando da educação infantil ao ensino superior. Tendo como base a Constituição, essa Lei trata da educação escolar indígena diretamente nos seus artigos 32, 78 e 79. Com isso, é garantido aos povos indígenas que, em escolas próprias sejam ministradas aulas em língua portuguesa, garantindo assegurar suas línguas maternas. Ou seja, os índios a partir da Constituição e da LDB/96 podem permanecer indígenas nos bancos escolares, sem precisar aprender forçosamente a língua que lhes fora imposta. Era como chegar num país estranho ao seu e ter que entender e falar uma língua desconhecida. A partir de então, são assegurados aos povos indígenas do Brasil a possibilidade de transitar, compreender e exercitar o bi ou multilinguismo. Como isso, vale o questionamento: até que ponto a língua portuguesa é de fato materna se considerado o significado da palavra: *De, ou próprio da mãe; maternal* e, em sentido figurado “carinhoso” (XIMENES, 2000)? É importante ressaltar que a LDB anterior era a de No. 5692 de 1971 e não havia sequer referência à educação escolar indígena.

Ainda na LDB/ 96 no artigo 32, são assegurados que sejam respeitados e garantidos os “*processos próprios de aprendizagem*”. Com isso, é fundamental se debruçar para o entendimento do que de fato consiste e como ocorre a aprendizagem nas escolas indígenas, suas particularidades, necessidades e os projetos de futuro das comunidades. Projetos esses que podem implicar no ingresso de indígenas nas instituições de ensino básico e superior que não considerem a temática indígena. Portanto, não considerem o debate, entendimento ou (re) conhecimento dos nossos ancestrais e dos indígenas da contemporaneidade. Podendo assim causar inúmeros problemas, desde as formas de assegurar os indígenas nas instituições de ensino por conta de questões financeiras às dificuldades na dimensão relacional com os índios fora das suas aldeias e junto a muitos que podem os tratar sem o devido reconhecimento do seu potencial humano, criador e científico. Já em seu artigo 78 na LDB/96, é preconizado que deverão ser desenvolvidos programas integrados de ensino e pesquisa com os objetivos de:

proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Com isso é lançado o desafio de cuidar do levantamento das memórias indígenas e criar meios, políticas, programas ou projetos que assegurem a formação da identidade positiva das etnias que o Brasil abriga. Considerando não só os índios que viveram nessa terra, mas também os que hoje vivem com seus modos de ser, existir e coexistir com os resultados de tudo o que a história da formação do povo brasileiro lhe deu como herança.

A partir do ano de publicação da LDB/96, é instituída a Década da Educação, que em 2001 promulgou o Plano Nacional de Educação que apresenta um capítulo sobre a educação escolar indígena, analisando a oferta para os povos indígenas, as diretrizes para essa educação e os objetivos e metas que deverão ser atingidos para a educação dos povos indígenas brasileiros. Com isso, foi instituída a universalização da oferta de programas educacionais para todas as séries do ensino fundamental, proporcionando autonomia para as escolas indígenas, sendo garantida autonomia para implantação e implementação dos seus projetos políticos pedagógicos, uso dos recursos financeiros e a possibilidade de a comunidade decidir sobre o funcionamento das escolas, fortalecendo a garantia de trabalho de forma colegiada.

No PNE também foi garantida: a criação de programas específicos para as escolas indígenas; financiamento para implementação de programas em áreas indígenas com equipamentos didático-pedagógico, bibliotecas, videotecas, dentre outros materiais; criação da categoria professor indígena, com reconhecimento do magistério indígena e programas de formação continuada, sendo do Estado a responsabilidade da educação indígena.

Até a promulgação da nova Constituição o ingresso dos povos indígenas em escolas estava fadado a ter que se estabelecer nas escolas dos “brancos”. Onde Sistemas de Ensino e Unidades Escolares sempre os trataram como seres submissos ao que essa escola dita, tendo que negar sua identidade e dizer não à possibilidade de considerar os indígenas nas suas práticas pedagógicas. Com os ganhos da Constituição de 1988 e da LDB/96, descortina-se um futuro em que os povos podem projetar sobre ingresso, ou não, nas academias diante as precisões de cada sociedade, bem como a possibilidade de

construir um processo inverso em que os indígenas tenham a autonomia de falar de ciência com os não-índios.

Em 2008 é alterada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639/ 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"- é a lei 11.645/ 2008. Com isso, mesmo com as restrições por unir histórias que se assemelham em alguns aspectos, mas que se diferencia em variados, como a dos povos negros e dos povos indígenas, se afirma a necessidade de mobilizar esforços no sentido de garantir nas instituições escolares a discussão coerente da temática, assegurando que sejam trabalhados os vários aspectos que formam a vida dos povos indígenas das terras brasileiras.

Ser Indígena na Bahia

Mesmo perante avanços legais, os índios ainda enfrentam vários problemas e dentre eles estão: territoriais, educacionais, de saúde, infância ameaçada, precárias condições de vida, dificuldades de sustentar-se nas aldeias, fuga para os grandes centros urbanos, baixa auto-estima de muitos para dizer-se índio (a), dentre outros. O Estado da Bahia sofre as conseqüências de um país colonizado e que submeteu a sua escolarização a uma ideologia dominante, negando, diante variadas formas, o jeito de ser, viver e estar no mundo dos nossos ancestrais e contemporâneos indígenas.

É importante saber que segundo dados do censo 2006, no Brasil existem e resistem 222 povos e 180 línguas. Destes, 14 etnias estão na Bahia segundo dados da coordenação indígena da Secretaria da Educação e são: Funiô e Kariri Xocó, Kaimbé, Kantaruré, Kiriri, Kiriri Barra, Pankararé, Pankaru, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Tapuia, Tupinambá, Tuxá, Tumbalalá e Xucuru-Kariri. Esses povos vivem em 99 aldeias que estão localizados em 19 municípios da Bahia.

Em se tratando da educação escolar indígena, ou seja, na educação formalizada, temos 57 escolas indígenas no nosso Estado, com 308 professores, atendendo 190 classes, sendo 6.127 o total de estudantes. É importante lembrar que existem outras sociedades indígenas lutando pelo reconhecimento da sua etnia nesse Estado.

Através do trabalho direto com professores indígenas, convivendo diretamente nos dias da formação, participando dos passeios, momentos da alimentação em restaurantes, trabalhos em campo, hospedagem em hotéis, dentre outros - são favorecidas possíveis descobertas de quão destratados podem ser nos ambientes fora da aldeia. Nas ruas, lojas, praças, bares e em variados espaços é possível comprovar como os não indígenas precisam conhecer e respeitar o jeito de ser do índio da atualidade. Hoje vemos, sentimos e percebemos o resultado da história em vários cantos aonde se vai. Os indígenas muitas vezes são idealizados pelos brasileiros e baianos com as mesmas características físicas, como se fossem todos iguais: cabelos bem lisos e pretos, olhos “puxados” e a cor da pele que basta lembrar os povos amazonenses.

Contudo, na Bahia temos a marca da diferença que os brasileiros tanto dizem existir, mas que ainda necessitam aprender a respeitar: índios da mistura com os povos negros e brancos, muitos com cabelos crespos, pele negra, dentre outras características que desfazem do imaginário o ser índio com fenótipos do início da colonização. Quanto às formas de comportamento são feitas análises geralmente com o ar de superioridade típico ao qual foram submetidos nos tempos da invasão portuguesa ao país: índio é preguiçoso; aculturado; coisa do passado; não existe mais índio de verdade. Isso na tentativa em muito preconceituosa de como formas de explicar a conduta desses grupos humanos.

Ao perguntar aos indígenas sobre como acreditam que são vistos pelos “brancos”, estas são algumas respostas:

“vêm-nos como um ser incapaz de administrar e conquistar os nossos objetivos”
“sempre criticam nossa forma de viver”
“tem preconceito racial, também a classe social e até de escolaridade”;
“criticam nossas vestimentas”
“ladrões de terra, comedor de abóbora, invasor e índio do “Paraguai”
“coitadinho”

Realçam aspectos no jeito que os vêm, que acreditam serem impeditivos para desenvolver uma relação saudável com os que vivem distantes da causa indígena, tais como: visão de que indígenas tem incapacidade técnica para gerenciar; pouca consciência da ancestralidade e história étnico-cultural; estigmas quanto ao índio da atualidade; visão de necessidade de proteção e amparo. E agora, o que fazer com esses jeitos que acreditam que os vêm?

De que forma os indígenas tem agido para saírem do lugar que acreditam serem vistos?

De que forma os bancos escolares contribuem para atenuar ou reforçar essa visão?

É fato que desde a invasão do país os povos indígenas que aqui habitavam e habitam lutam e nunca pararam e por isso sobrevivem. É real também que os avanços legais são frutos de lutas dos povos indígenas.

Como contraponto, numa cidade baiana que abriga nos seus arredores povos indígenas de duas etnias, foi aplicado um questionário que foram respondidos por estudantes do ensino médio e segue abaixo algumas respostas quando feita a pergunta *o que você sabe sobre os povos indígenas*:

“nada”
“um pouco da cultura e arte”
“sei que eles têm cultura e não guardam, passam adiante”
“que uns usam roupas, outros não e que são iguais a nós, só diferencia um pouco os costumes”
“que foram os primeiros colonizadores do Brasil, que eles querem valorizar a sua cultura”
“que pescam, dançam, cantam”

Diante tais respostas é possível observar que respondem sem muita diferença de qualquer lugar onde inexistam indígenas por perto. Ou seja, onde mora a história dos grupos indígenas dessa cidade?

A instituição escolar como formadora de opinião e construtora de saberes, culturas e com responsabilidade social, tem a possibilidade de discutir identidades. Identidade essa que pode estar fragilizada na própria formação dos profissionais que fazem educação. Ou seja, identidades pessoais e profissionais devem ser cuidadas nos ambientes de formação que deve ser na própria unidade escolar. Isto é, se a concepção de formação é vista com a crença de que as dores e amores daquele ambiente devem ser tratados *in loco*. Se essa é a certeza, as questões étnicas, religiosas, etárias, geográficas, afetivas, cognitivas, opção sexual, lingüísticas e todas as capazes de impedir a equidade entre seres humanos serão tratadas de forma a serem trabalhadas nos próprios profissionais esses se verem nas suas raízes, nas suas origens e se fortalecer sua identidade de forma positiva para melhor validar socialmente a diversidade existente na complexidade dos grupos de humanos seres.

Contudo, não somente os valores econômicos, profissionais e a validação do ter sobrevivem, mas a capacidade de trabalhar o que é função da instituição escolar: a sua função social - que compreende não fechar os olhos para o que se finge adormecer, mas que em vários momentos aparece com variadas linguagens: gestos, jeitos e trejeitos que marcam a violência simbólica que nos distancia da solidariedade e da humanização necessária á formação de seres humanos.

Do “muito” que podemos e devemos fazer

É possível perceber que a escassez de materiais de resultados de pesquisa e as poucas publicações referentes à temática na Bahia favorecem a forma leiga a qual é tratada a temática indígena nas unidades escolares. Isso também por conta da quase inexistente formação para professores que precisam saber o que de fato consiste ser índio contemporâneo. Os professores na Rede Estadual de Ensino expressam desejo em querer aprender, mas não há uma política de formação que abranja a necessidade para ter profissionais da educação sabedores da temática.

Sendo assim, o olhar para os povos indígenas carrega exigências que ainda são feitas em variados aspectos: desde o modo de vestir, falar, se enfeitar a possibilidade de usar equipamentos eletrônicos. É como se os indígenas tivessem que corresponder a todas as fantasias do ser índio do imaginário dos tempos da colonização, mesmo com todos os chamados avanços educacionais de trabalhar a tão decantada “diferença nas escolas”. Destarte, a instituição escolar pode contribuir para reconstruir o imaginário empobrecido o qual é submetido à visão do ser índio brasileiro, nordestino e baiano.

Em variadas situações foi percebido como era diferente para profissionais de municípios e escolas receberem pessoas da Europa e representantes indígenas. Ou seja, o respeito, a organização logística, a reverência, o trato no cuidado amoroso com a alimentação e organização do ambiente, a escuta sensível, dentre outros aspectos, tinham diferentes proporções no trato entre indígenas e europeus. A escola como espaço que pode proporcionar reflexões, desmitificar conceitos e preconceitos, construir saberes que proporcionem a equidade - pode reconstruir seus currículos e práticas de forma a cuidar do que é parte do patrimônio imaterial do nosso País e Estado: a resistência, a luta e capacidade guerreira de sobrevivência dos povos indígenas.

Aprender a cientificidade das sociedades indígenas é base para acender e ascender o olhar quanto aos saberes por eles construídos nos vários grupos étnicos onde, por exemplo, na medicina indígena os processos de cura tem diferentes usos de medicamentos e em muitos a sabedoria em lidar com os sonhos, as paisagens e os pensamentos, a arquitetura, o geoambientalismo, as técnicas de agricultura como cita RIBEIRO (1988, p. 32) que “a agricultura lhes assegurava fartura alimentar durante todo o ano e uma grande variedade de matérias-primas, condimentos, venenos e estimulantes”. Sem deixar de levar em conta o tempo cronológico de mais de 10 mil anos apontado por Kern (1991).

Indígenas em Cargos Públicos na Bahia: o que já vem sendo realizado

Na Bahia, desde 2007 foi instituída a assunção dos cargos pelos próprios índios na Coordenação Indígena no órgão central e nas diretorias regionais de educação, numa gestão que pretende ser democrático-participativa. Segundo o Regimento Interno da Secretaria da Educação (2004), são algumas competências da coordenação indígena:

1. assegurar a Educação Básica para os povos indígenas, valorizando a cultura e a língua de cada etnia;
2. assegurar a autonomia das escolas indígenas em relação ao seu projeto pedagógico, estimulando a participação da comunidade nas decisões relativas ao funcionamento das escolas;
3. estabelecer, implementar, acompanhar e avaliar diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, resgatando a valorização dos povos indígenas e a manutenção da sua diversidade étnica;
4. elaborar, produzir e disseminar informações e materiais didáticos e de orientação técnico-pedagógica para a Educação Indígena;
5. promover a formação de professores indígenas, em articulação com o Instituto Anísio Teixeira – IAT, entidades e instituições afins.

Analisando tal documento, percebemos que o cargo exercido pelos indígenas pode contribuir para promover o crescimento educacional das comunidades indígenas e contribuir para a efetivação de propostas educacionais para que os não-indígenas conheçam sobre as etnias desse Estado, à medida que essas lideranças devem: participar dos processos decisórios na secretaria estadual da educação; contribuir para formular políticas; pressionar pelo atendimento às suas demandas, garantindo seus direitos legais, lutando pela igualdade de oportunidades na vida educacional das crianças, jovens, adultos e idosos índios, devendo ser a escola um ambiente propício ao alargamento da cultura e da participação ativa dos (as) estudantes.

Porém, é intento saber até que ponto esses cargos/ funções tem contribuído para eficiência dos processos educacionais diante questões que podem ser impeditivas de bons resultados, tais como: a burocracia que envolve o sistema educacional e a educação escolar indígena tendo que se adequar às mesmas, pois como ressalta Bobbio (2005) citando Engels que “todas as sociedades tribais não têm idéia de Estado, mas têm normas sociais e morais de convivência” e, assim sendo, essa construção de uma educação escolar indígena que se adéque à legalidade, que dê resultados ao mundo dentro e fora da aldeia é uma construção que pode vir a ser desbravadora de novas formas de gerenciar acordos nessas sociedades; a gestão democrático-participativa somente no registro escrito dos documentos legais e muitas vezes não se efetiva nas formas de relação no órgão central e nas diretorias regionais; a falta de aparatos tecnológicos numas comunidades e a possível resistência aos mesmos em outras, mesmo sendo indígenas de uma mesma etnia; as relações entre os povos indígenas que podem ser conflituosas na escolha de pessoas para exercer os cargos educacionais (visto a não existência de concurso, dentre outras possíveis causas a serem pesquisadas); a pouca habilidade do órgão central (SEC) para gerenciar o desenvolvimento das práticas indígenas diante seu projeto de educação e sua capacidade de trabalhar de forma sistêmica e não somente em práticas isoladas.

Considerações Finais

Não é possível elaborar uma proposta de o quê fazer educacionalmente sem considerar aspectos jurídicos, mesmo sabendo que em educação muitas vezes esse ponto é pouco tocado, entendido ou priorizado. Como no Brasil já asseguramos em leis dar equilíbrio ao desenvolvimento nacional associado à diversidade cultural, é basilar que saibamos da jurisprudência necessária para impulsionar processos educacionais. A lei para que seja estudada na escola a história e cultura indígena existe, agora é fazer valer e cada brasileiro(a) professor(a) que deseja ser também educador(a), carrega a sua responsabilidade em se debruçar e estudar entendendo o que hoje é mais forte e o que já foi potencialmente válido nas sociedades indígenas do nosso país.

Mesmo sendo em muito repetitivo, novamente devemos frisar que a escola produz e reproduz, encobre e socializa saberes e que esses saberes contribuem para desenvolver nos estudantes valores, aspirações e vontades (sejam elas para sair do lugar ou estagnar). Portanto, em diversos momentos os povos indígenas afirmam do desafio

de construir uma educação escolar indígena que de fato seja a representação dos modos de vida da sua gente e não uma mera representação dos que muitos professores são resultado: da escola “embranquecida”. Construir valores que fujam à individualização, hierarquização e verticalização, tornando adequada à cultura de povos que pretendem continuar assegurando suas propostas de vida é desafiador. Assim como entender e efetivar uma educação escolar indígena que seja própria de cada povo, sem partir de princípios únicos, pois cada sociedade tem seus modos de vida, suas particularidades e nos seus currículos isso precisa ser garantido em consonância com seus projetos societários.

Já para os não índios um dos desafios é compreender a diversidade e complexidade das sociedades indígenas, e, somente através de formação para que os profissionais da área possam reconstruir o olhar para as diferenças existentes entre os povos. Entender que são diferentes é base para sair do lugar que foi construído nos bancos escolares que em muito imbecilizam e igualam os povos como se fossem homogêneos. O desafio consiste em saber sobre o que os diferenciam nas sociedades indígenas, suas vidas envolvidas com ciências, geografia, matemática, história, química, física, biologia, língua e todas as temáticas que são transversais para que a escola brasileira considere que estudar etnia é sair da farsa de que o nosso país é composto pela mistura de vários povos e isso “é lindo” e reconhecer como somos também preconceituosos e olhar a verdade necessária para uma formação de identidade sem fragilidade, mas com o que marca do nosso povo: a bravura para sair do caos, a certeza de que podemos mudar um quadro que é doloroso, a consciência de que muitos fazendo, do seu canto contribui para fazer o bem da verdadeira, e não falseada, identidade da nossa nação.

Assim como cada professor que alfabetiza se emociona com seus estudantes quando aprendem, a proposta é se emocionar com ciência, a pesquisa e os saberes que nos formam pessoas que respeitam o outro e isso é fazer cidadania. Não é preciso impor traços por vezes mortos de uma cultura para que ela seja respeitada, mas sim respeitar o que existiu e o que existe do um povo. A ligação entre corpo e terra, vida e morte, saúde e doença, saber e sobreviver com pessoas que tracem seus planos e projetos de vida perpetua travessias terrenas mais dignas, independente do lugar que estejamos ou ocupamos. Avante florescendo galhos de conhecimentos para fazer árvores de dignidade na humanidade. Saber as nossas raízes é fincá-las a terra.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria Estadual da Educação. Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica, **Coordenação Indígena**, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A concepção de Estado em Marx e Engels** In: In: Estado, Governo, Sociedade. Por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, lei n.9.394, 20 dez. 1996.

_____, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.

_____, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei No. 11.645** de 10 de março de 2008.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. Livros **Didáticos e Fontes de Informações Sobre as sociedades Indígenas do Brasil**. In: GRUPIUNA, L.D.B (Org.). A temática indígena na escola. Brasília: MEC/ MARI/ UNESCO, 1995, 481-521.

LIGÓRIO, Ludmila Martins. **Problematizando representações acerca dos povos indígenas: uma experiência fundamental**. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Org). Povos Indígenas & Educação. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2008, p. 109-123.

LUCIANO, Gersem. **Projeto é como branco trabalha** – as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro. Dissertação de mestrado em antropologia social – Universidade de Brasília, abril de 2006.

KERN, A.A. (Org). **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras 2ª. Edição, 1995.

SANTOS, Boaventura de S. **A Crítica da Razão Indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

XIMENES, S.B. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Campus 2000.